

Alexandra Esteves (Coord.)

# SOCIEDADE E POBREZA

Mecanismos e práticas assistenciais  
(séculos XVII–XX)

húmus

# SOCIEDADE E POBREZA

Mecanismos e práticas assistenciais  
(séculos XVII-XX)

Alexandra Esteves (*Coord.*)

## **Sociedade e pobreza**

*Mecanismos e práticas assistenciais (séculos XVII-XX)*

Coordenação: Alexandra Esteves

Capa: Sal Design Studio

© 2018, Edições Húmus e autores

Edições Húmus, Lda., 2018

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef.: 926 375 305

humus@humus.com.pt

ISBN: 978-989-755-383-7

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1ª edição: Dezembro de 2018

Depósito Legal:448846/18

# Índice

- 7 Nota introdutória  
*Alexandra Esteves*
- 11 **Esmolas para embarque: o auxílio das misericórdias minhotas aos que emigravam para o Brasil (século XVII - XVIII)**  
*Liliana Neves*
- 23 **Limosnas, dotes e instituciones asistenciales. La protección eclesiástica de las mujeres pobres en Santiago de Compostela (siglos XVI-XVIII)**  
*Ana María Sixto Barcia*
- 43 **Las vacantes de las Diócesis de Indias en la economía del Real Hospital de Santiago de Compostela en el siglo XVIII**  
*Ofelia Rey Castelao*
- 67 **Os amigos das almas do purgatório: a política assistencial da Confraria das Almas de São Vítor de Braga (século XVIII)**  
*Maria Marta Lobo de Araújo*
- 83 **El padrinazgo de expósitos en el interior de Galicia (s. XVIII-XIX)**  
*Tamara González López*
- 103 ***Por no thener con que suplir papel, tinta y plumas: fundaciones escolares en el sudoeste gallego***  
*Anxo Rodríguez Lemos*
- 131 **Espiritismo e assistência: relações entre religião e sociedade no sul do Brasil**  
*Beatriz Teixeira Weber*
- 145 **A pneumónica no norte de Portugal: impacto e medidas**  
*Alexandra Esteves*

## **OS AMIGOS DAS ALMAS DO PURGATÓRIO:**

### A POLÍTICA ASSISTENCIAL DA CONFRARIA DAS ALMAS DE SÃO VÍTOR DE BRAGA (SÉCULO XVIII)

*Maria Marta Lobo de Araújo*

Universidade do Minho

#### **Introdução**

A cidade de Braga contou na Idade Moderna com um número muito alargado de confrarias. Na segunda metade de setecentos possuía ainda mais de oito dezenas, num período em que algumas delas já tinham desaparecido e muitas se tinham associado a outras mais fortes, fenómeno que ocorreu também na das Almas. Este movimento confraternal encontrava sede na Sé, em todas as igrejas paroquiais e em vários conventos e capelas. Nelas, o culto e o incremento a algumas devoções ocupou um lugar destacado, fomentando a religiosidade popular. Também desta forma, se justificava o apego ao santo patrono, por quem nutriam uma especial devoção<sup>(1)</sup>.

O preâmbulo dos estatutos das Almas da confraria da freguesia de São Vítor de 1738 informa que esta instituição foi fundada em 1704, depois de um movimento de fiéis organizado desde 1700, em torno desta invocação<sup>(2)</sup>. A importância deste texto serviu de mote aos estatutos de uma homóloga criada na freguesia de São José de São Lázaro da cidade, talvez pela sua riqueza em metáforas, alusivas às Almas que padeciam no Purgatório. Segundo os seus redatores, as ofensas feitas a Deus privavam os homens da sua “filiação adotiva”, tornando-os escravos do demónio. Porém, segundo eles, querendo “Deus mostrar-se Humano com os peccadores”, deixou-lhes o sacramento da Penitência, através do qual se podia comutar a pena eterna em pena

---

(1) Confira-se López, Roberto, J., “De la cultura material a la cultura letrada”, in Dubert, Isidro (coord.), *Historia de la Galicia Moderna*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2012, pp. 376-380.

(2) A confraria das Benditas Almas do Pico de Regalados conheceu um processo fundacional semelhante. Foi igualmente um grupo de fiéis, que inicialmente eram apenas devotos das Almas, que fundou a confraria. Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Rezar e cantar pelos mortos e pelos vivos: as confrarias das Almas do Pico de Regalados no século XVIII”, in *Boletim Cultural*, nº 1, Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 2005, p. 224.

temporal, executada no Purgatório<sup>(3)</sup>. Assim, e dessa forma, o Inferno dava lugar ao Purgatório, lugar intermédio de onde se podiam remir as Almas, através da intercessão dos vivos com orações, sufrágios e atos de caridade<sup>(4)</sup>. O Inferno surge como um lugar para todos os mortos pecadores, como um sítio de castigo severo e muito cruel, dominado por Lucifer e onde as Almas se encontravam acorrentadas e em sofrimento profundo<sup>(5)</sup>.

Apesar disso, a pena do Purgatório era considerada nos estatutos em causa “rigorosa e austera”, que sujeitava as Almas a “vorazes chamas”, sendo o mesmo fogo que queimava no Inferno “os damnados, com seus intensísimos incêndios”<sup>(6)</sup>. Como podiam ser resgatadas, era fundamental e urgente que os vivos intercedessem, uma vez que estavam sujeitas às chamas vorazes e muito intensas, próprias para queimar os considerados danados. Assim, sendo um lugar transitório, o Purgatório constituía-se como um local onde era vantajoso investir, assumindo as confrarias um papel relevante entre vivos e mortos. As das Almas, mais do que quaisquer outras, patrocinaavam esforços salvíficos, procurando envolver todos no resgate das que sofriam no Purgatório.

Embora sujeitas ao mesmo sofrimento e intensidade do fogo, as Almas que padeciam no lugar intermédio esperavam ser purificadas, pois podiam ser libertas através do investimento que os vivos fizessem junto do Criador.

A ideia do fogo a arder, do sofrimento intenso e da necessidade de salvação está presente em todo o preâmbulo, sublinhando a urgência da intervenção dos vivos para o alívio do sofrimento das Almas padecentes.

A ação destas confrarias, que tal como as do Santíssimo Sacramento e do Rosário saíram reforçadas do Concílio de Trento, foi intensa no campo da morte e da salvação da alma<sup>(7)</sup>.

(3) Arquivo da Igreja de São Vítor (doravante AISV), Fundo da confraria das Almas, *Estatutos da irmandade das Almas de São Victor*, 1738, fl. 4.

(4) Para este assunto pode ler-se o trabalho de Abreu, Laurinda, *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, pp. 35-37.

(5) Minois, Georges, *História dos Infernos*, Lisboa, Teorema, 1997, p. 269.

(6) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Estatutos da irmandade das Almas de São Victor*, 1738, fl. 4.

(7) Lozano Ruiz, Carlos, “Solidaridad Urbana en las Cofradías Palentinas ante el Óbito. Cofrades en la Vida y en la Muerte”, in *I Congreso Histórico Internacional As Cidades na História: População. Actas*, vol. 3 (*Cidade Moderna I*), Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2013, pp. 203-225; Mantecón Movellán, Tomás Antonio, *Contrarreforma y Religiosidad Popular en Cantabria. Las Cofradías Religiosas*, Santander, Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 1990, p. 77.



Era, por isso, muito importante que os que permaneciam na terra intercedessem, uma vez que as podiam salvar e, ao mesmo tempo, cuidar das suas Almas, pois eram igualmente pecadores, e um dia encontrar-se-iam na mesma situação. Tratava-se de uma auto-ajuda, uma vez que as práticas de caridade seriam mais tarde recompensadas.

Era através de “contínuos gritos” que ecoavam do Purgatório e das “petições” que dirigiam aos fiéis que estas Almas se faziam presentes no mundo dos vivos, por se considerarem esquecidas<sup>(8)</sup>. “Miserimini mei, miseremini mei saltem vos amici mei”, assim se exprimiam. Estes brados permanentes que imploravam misericórdia mantinham viva a presença dos mortos, não os permitindo esquecer, o que impulsionava os vivos a incrementar orações, sufrágios e práticas de caridade, para que o mais rapidamente possível elas deixassem o sofrimento em que se encontravam e transitassem do Purgatório para o reino celestial<sup>(9)</sup>. Com estes brados simbólicos, as Almas não se deixavam esquecer e, pelo contrário, faziam-se presentes no quotidiano dos vivos.

Os gritos permanentes, o dia dos santos, dos fiéis defuntos, o aniversário das Almas, as muitas missas, novenas, os responsos, mas sobretudo as missas e os sermões inflamados dos padres do barroco intimidavam grandemente os fiéis com as penas do Inferno e incentivavam à devoção às Almas do Purgatório. O temor imposto pelo fogo a arder, mas também pelas palavras e gestos dos sacerdotes incutiam medo e impeliam à oração, à caridade e ao investimento na salvação, através da celebração de missas e de outras preces. Era preciso agir de forma continuada para que as Almas sofredoras alcançassem o perdão divino e fossem resgatadas da prisão em que se encontravam. A metáfora da prisão é bem significativa do lugar em que se encontravam e da incapacidade de o deixarem sozinhas<sup>(10)</sup>.

Terá sido esse intenso rogo das Almas sofredoras que despertou em Braga um movimento pio de fiéis à sua volta, responsável pela fundação, em pouco tempo, de várias confrarias das Almas, destinadas a pedir esmolas, juntar dinheiro e celebrar sufrágios em seu favor. Era o peso do Purgatório

(8) Leia-se para este assunto Araújo, Maria Marta Lobo de, “O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas da Idade Moderna”, in *Comunicação e Sociedade*, “A Festa”, nº 10, 2011, pp. 101-114.

(9) A propósito do lugar intermédio do Purgatório consulte-se Le Goff, Jacques, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Ed. Estampa, 1989, p. 19.

(10) Sá, Isabel dos Guimarães, “Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI-XVIII): algumas metáforas”, in *Oceanos*, nº 35, 1998, pp. 38-43.

e a resposta dos fiéis assustados com o fim das suas Almas. Embora em Braga se registem 12 confrarias das Almas do Purgatório, número impressionante se comparado com outras localidades<sup>(11)</sup>, o volume de irmandades na cidade era igualmente muito elevado, registando 87, em 1764.

Nas palavras de Ana Cristina Araújo, as confrarias das Almas “consubstanciavam a visão oficial da Igreja sobre o Purgatório”<sup>(12)</sup>, pese embora repartirem com as suas congéneres a assistência à Alma. Todavia, não o faziam apenas aos seus irmãos, particularizavam a sua ação em todos os que padeciam no Purgatório, como tem afirmando Tiago Ferraz<sup>(13)</sup>.

Para uma mais alargada ação, esperava-se que os pedidores da confraria das Almas de São Vítor caprichassem na sua tarefa para “juntar muito” e salvar Almas do “insofrível carcere”. Era preciso ter compaixão com o sofrimento de quem se encontrava só e abandonado, preso no cárcere, sofrendo com as chamas do fogo e aguardando pela piedade alheia. Contribuir para a salvação dos outros era também investir na própria salvação. Um dia todos seriam mortos e a necessitar da intervenção dos vivos.

Os que atuavam em favor das Almas padecentes eram considerados por elas “amigos”, como que estabelecendo uma rede de solidariedade entre dois mundos: o terreno e o Além. Quando ajudadas, as Almas encomendavam estes seus “amigos” a Deus, fazendo-o em termos temporais e espirituais. Rezar e cantar pelas Almas sofredoras era, então, muito gratificante, porquanto se contava também com a intercessão destas junto de Deus em favor de quem as ajudava. Tratava-se de uma troca de favores benéfica para ambas as partes<sup>(14)</sup>. Este benefício mútuo necessitava, todavia, de ser incrementado, não podia ocorrer pontualmente, antes devia ser contínuo. Relembra-se ainda a brevidade da vida terrena e a passagem para o outro mundo em data desconhecida<sup>(15)</sup>.

A confraria das Alma da igreja de São Vítor deveu a sua fundação a um grupo de devotos das Almas, em que se foi “ateando” uma grande devoção,

---

(11) Em Setúbal existiu apenas uma na Idade Moderna. Abreu, Laurinda, *Memórias da Alma e do Corpo...*, p. 85.

(12) Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1750-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 347.

(13) Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, tese de doutoramento policopiada, pp. 103-104.

(14) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Estatutos da irmandade das Almas de São Victor*, 1738, fl. 4v.

(15) Vovelle, Michel, *As Almas do Purgatório ou o trabalho de luto*. São Paulo, Unesp, 2010.



tendo alguns homens a incumbência de fundar os primeiros estatutos: o padre Adriano Duarte, pároco da igreja de São Vítor, Belchior Lopes, Manuel Pereira Bezerra, Marcos Arantes, Sebastião Ribeiro, Lourenço Francisco e Giraldo Rodrigues<sup>(16)</sup>. Ficámos, através dos estatutos de 1738, a saber que a instituição se tinha formado em 1704. Porém, os estatutos de 1738 foram reformados em 1760, particularizando algumas situações, como foi o caso das eleições e dos cargos dos mordomos da Mesa. Posteriormente, alguns acórdãos foram também passados para os estatutos, ganhando forma de norma a cumprir. Mas a confraria cresceu também à base de legados, chegados através de pessoas piedosas, como o padre Manuel de Melo e Lima, pároco da igreja, na data da reforma dos estatutos iniciais, e da benfeitora Ana Maria de Magalhães, que chegou a ocupar o cargo de juiz<sup>(17)</sup>. Outros rendimentos engrossavam as rendas da instituição, como eram a venda de tochas para servirem em alguns atos religiosos, como os batismos, casamentos e as obras do dia dos fiéis defuntos. A oração de responsos, em alguns momentos importantes do calendário litúrgico, constituía outra modalidade de angariar receitas.

Mas se a instituição cresceu devido ao investimento que alguns benfeitores fizeram através da instituição de legados e doações, as esmolas foram também muito importantes, bem como o volume de irmãos, pois eram obrigados a pagar uma cota de entrada e anuais. A inscrição nestas associações visava em particular cuidar das almas sofredoras do Purgatório e zelar para que deixassem o fogo em que padeciam<sup>(18)</sup>, contando também com a intercessão de vários santos a quem se atribuía a faculdade de resgatar Almas.

Apesar dos contínuos gastos, a instituição de São Vítor possuía em 1738 vários milhares de réis a juro. Porém, sentia que os estatutos precisavam de ser adaptados aos tempos que vivia e os seis homens resolveram alterar as leis que os regiam e reformá-las no que entendiam ser necessário. Começaram a preparar a alteração em 1734, quando se elegeram seis confrades considerados “experientes e peritos”, bem como um procurador para abraçar a tarefa de

---

(16) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Estatutos da irmandade das Almas de São Vítor*, 1738, fl. 5.

(17) Sobre o papel desta senhora na confraria leia-se o trabalho de Ferraz, Norberto, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista...*, pp. 100-102. Sublinhe-se, todavia, que a instituição recebeu outros legados ao longo da centúria em estudo.

(18) Consulte-se Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa...*, p. 298.

os reformar<sup>(19)</sup>. Eram todos moradores em Braga e juraram sobre os Santos Evangelhos cumprir essa tarefa<sup>(20)</sup>.

A Mesa, composta por 13 elementos, incluía dois mordomos para visitar os enfermos, quatro vedores das missas, dois tesoureiros e um escrivão, prevendo-se desde logo a importância conferida a este setor.

O órgão diretivo era assessorado por uma Junta, composta por 12 confrades que a tinham servido nos mais altos cargos, ou seja, de “procurador para cima”, isto é juiz, escrivão e procurador. Eram homens experientes, de notória confiança institucional e com créditos sociais reconhecidos. Ajudavam a Mesa em assuntos de substância que requeriam conselho avisado<sup>(21)</sup>.

Embora existam em quase todos os compromissos das confrarias semelhanças grandes em algumas das suas práticas, as diferenças devem também ser assinaladas. Assim, no dia das eleições, os confrades assistiam a uma missa sufragada pelas Almas do Purgatório, na esperança de que estas os ajudassem a escolher pessoas que honrassem Deus e as próprias<sup>(22)</sup>.

Para atrair mais irmãos, a irmandade mandou vir de Roma um breve, em 1753, destinado a todas as celebrações no seu altar, o que anteriormente se verificava apenas nas das segundas-feiras<sup>(23)</sup>. Este pedido respondia ao verificado em várias congéneres, que também se abeiraram do Santo Padre com a mesma solicitação. As confrarias apresentavam-se altamente concorrenciais, lutando para se manterem atraentes e ativas num período de dificuldades acrescidas, marcado pela progressiva laicização, mas também por uma inflação crescente.

(19) Foram eleitos: o Dr. Constantino de Sousa Cardoso, formado em Teologia pela Universidade de Coimbra, e Protonotário Apostólico, Manuel de Araújo e seu filho António Pereira Regalo, Simão de Arantes, Lourenço Tinoco, Manuel Francisco, surrador, e Jerónimo Francisco para procurador.

(20) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Estatutos da irmandade das Almas de São Victor*, 1738, fl. 6.

(21) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Estatutos da irmandade das Almas de São Victor*, 1738, fls. 9v.-10. Sobre a Junta ou Definitório da Misericórdia de Ponte de Lima leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 356-358.

(22) Tratava-se de uma escolha direta em que cada um tinha direito a um voto. Após eleitos, os que não aceitassem os lugares eram multados em mil réis, no caso do juiz, oitocentos para escrivão, 300 para os tesoureiros e 200 para os mordomos. Os que se negassem a pagar o montante eram riscados, o que parece indiciar práticas antigas de não-aceitação dos lugares. AISV, Fundo da confraria das Almas, *Estatutos da irmandade das Almas de São Victor*, 1738, fl. 7.

(23) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Livro dos termos da Mesa da confraria das Almas de São Victor 1752-1776*, fl. 14.

## O enterro de pobres

Esta confraria desenvolveu um relevante trabalho no cumprimento da sétima obra de misericórdia corporal, ao enterrar os pobres da freguesia. São Vítor integrava à época uma área urbana e uma rural, não sendo esta última abrangida pela tumba da Misericórdia, logo os seus pobres não recebiam o auxílio da Santa Casa. Perante esta situação, a confraria das Almas assumiu essa função, cumprindo um serviço de relevante significado.

Os estatutos de 1738 determinavam que perante “algua menos piedade no enterro de muitos pobres da freguesia, a que se não estende a charidade da Santa Misericórdia”, existisse uma tumba para serem levados à sepultura todos os pobres falecidos na paróquia. Este móvel fúnebre era cedido a todos que o solicitassem para os pobres poderem ser enterrados. Para além da tumba, os sepultados nestas condições eram acompanhados por dois mordomos, que levavam tochas, e o procurador, que transportava a cruz. Todos tinham de se apresentar com as suas becas e com varas pintadas nas mãos, exteriorizando o serviço feito em prol dos pobres<sup>(24)</sup>. Este era o cerimonial previsto, mas sabemos que os relapsos eram muitos<sup>(25)</sup>.

Posteriormente, foi acordado em Mesa e Junta conferir maior significado a estes enterros e em 1787 decidiram, por unanimidade, que os mesmos fossem acompanhados por toda a irmandade, incluindo os irmãos da Junta<sup>(26)</sup>. Tratava-se de uma profunda alteração, que evidenciava a piedade demonstrada com os pobres. Ao mesmo tempo, a instituição ganhava maior admiração junto dos fiéis e, provavelmente, também mais adesões, uma vez que cumpria uma importante função.

Estes defuntos eram sepultados no adro da igreja, embora nem sempre fosse assim, uma vez que em 1787 foi determinado em Mesa que os que não pagassem se enterrassem no adro e no caso de o padre os sepultar dentro do templo, a irmandade não os acompanharia<sup>(27)</sup>. A decisão indicia ainda

(24) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Estatutos da irmandade das Almas de São Victor*, 1738, fl. 19.

(25) Para a confraria da Santíssima Trindade de Braga leia-se Pimental, José Santos Hermes, *A assistência à alma na confraria da Santíssima Trindade da igreja do Pópulo de Braga (1700-1750)*, Braga, Universidade do Minho, 2015, pp. 99-100, dis. de Mestrado policopiada.

(26) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Livro dos termos da Mesa da confraria das Almas de São Victor 1776-1794*, fl. 241v.

(27) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Livro dos termos da Mesa da confraria das Almas de São Victor 1776-1794*, fl. 240.

desentendimentos entre a instituição e o pároco da igreja, embora as fontes não os permitam analisar.

O contexto terá sido fundamental para o desempenho desta obra de misericórdia, tal como se verificou com a das Almas da paróquia de Maximinos, local onde também não chegava a tumba da Misericórdia. Por isso, o desenvolvimento de determinadas funções está intimamente associado ao contexto e às dinâmicas locais<sup>(28)</sup>.

Para o efeito, a confraria possuía duas tumbas: uma destinada aos irmãos e aos pobres e, a partir de 1754, um “caixãozinho” para crianças. Após esta última data, contou com três móveis fúnebres: um para os irmãos, outro para os pobres e outro para os mais pequenos. Estas tumbas podiam ser arrendadas e rendiam, pois tratava-se de um serviço pago. Cabia ao procurador arrecadar esse dinheiro e apresentar as contas à Mesa. Em 1770 determinava-se mais de 300 réis, o preço a pagar pelo uso da tumba.

Para além das tumbas, os irmãos eram obrigados a fazer os acompanhamentos, o que se tornou muito problemático a partir de meados de setecentos, como, aliás, se verificou em outras confrarias. A instituição em estudo lidou de forma hesitante com esta questão, pois, embora determinasse o pagamento de uma multa aos faltosos, nem sempre cobrava, passando uma imagem de alguma permissividade. Agia mais firmemente em situações de repetido desleixo.

Em tempos de elevada mortalidade, as tumbas estavam sujeitas a muito uso, precisando de conserto com alguma frequência. Como os enterros constituíam uma fonte de rendimento e um ritual com um significado especial para todos, os confrades cuidavam do material fúnebre e em 1776 decidiram após fusão com uma outra confraria, a das Almas de São Lázaro, comprar uma tumba já usada para os irmãos, passando a destes para os pobres. Ordenaram ainda a construção de um caixão para nele se guardar a tumba, servindo como proteção à mesma e de elevação quando nela se encontrava depositado um defunto<sup>(29)</sup>.

---

(28) Leia-se a propósito Martins, William de Sousa, “Almas santas e aflitas nas Minas setecentistas”, in *Revista Tempo*, vol. 21 n. 37, 2015, pp. 89-90.

(29) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Livro dos termos da Mesa da confraria das Almas de São Victor 1776-1794*, fls. 40-41.

A construção e guarda do património destas instituições é uma temática pouco conhecida, embora para algumas sejam já destacados vários elementos que o constituíam<sup>(30)</sup>.

Em 1780 decidiram reformar a tumba velha, por estar “incapaz”, altura em que as toalhas do altar e as fechaduras dos caixões foram também sujeitas a restauros. Porém, a tumba encontrava-se em tal estado de degradação, que o artista contratado para o trabalho considerou-a sem concerto, tendo de lhe colocar uma cabeceira nova<sup>(31)</sup>. Passados cinco anos, foi sujeita a nova reforma para não envergonhar os irmãos, que apresentavam esse motivo para faltarem aos acompanhamentos, momento em que se mandaram fazer também 13 becas novas, para estes usarem nos dias de sol, sendo as velhas vestidas quando chovesse<sup>(32)</sup>.

Não eram só os móveis fúnebres que estavam sujeitos ao desgaste do tempo, também o estandarte e as becas se encontravam várias vezes em más condições<sup>(33)</sup>. A importância dos símbolos era grande e constituíam, por isso, uma preocupação subjacente na instituição<sup>(34)</sup>. Em 1797 os mesários consideraram o estandarte e as becas em mau estado e decidiram adquirir um novo e mandar fazer 17 opas, alegando estar prejudicados perante as suas concorrentes, pois os fiéis demonstravam “pouca devoção”, ou seja, eram menos procurados, o que os penalizava em termos económicos e de prestígio. A concorrência entre as confrarias da cidade era significativa e a das Almas de São Vítor desejava manter-se competitiva no “mercado dos enterros”, mas também em termos de desfiles processionais<sup>(35)</sup>. Os irmãos conheciam

(30) Para as confrarias de Ponte de Lima consulte-se o trabalho de Cardona, Paula Cristina Machado, *O perfil artístico das confrarias em Ponte de Lima na Época Moderna*, Ponte de Lima, Câmara Municipal ed Ponte de Lima, 2010, pp. 59-96.

(31) Em junho de 1780 faltaram 9 irmãos a um acompanhamento, inviabilizando a participação da instituição, o que fez com que os mesmos fossem multados. AISV, Fundo da confraria das Almas, *Livro dos termos da Mesa da confraria das Almas de São Vítor 1776-1794*, fl. 126.

(32) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Livro dos termos da Mesa da confraria das Almas de São Vítor 1776-1794*, fl. 203.

(33) Tratando-se de um dos símbolos da confraria, na reforma dos estatutos em 1760 determinou-se o pagamento de 4800 réis a quem as emprestasse sem autorização da Mesa. AISV, Fundo da confraria das Almas, *Estatutos da irmandade das Almas de São Vítor*, 1738, fl. 26.

(34) Acerca do significado da simbologia leia-se Bourdier, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, pp. 7-17.

(35) A propósito da concorrência confraternal da Braga Moderna consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “A morte e a concorrência entre as confrarias de Braga (séculos XVII-XVIII)”, in *Revista M. Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer*, Brasil, vol. 1, nº 4, 2017, pp. 173-191.

a importância da sua imagem pública e lutavam por uma apresentação condigna dos seus membros, que deviam envergar becas consideradas edificantes.

A questão dos símbolos era fundamental, pois em várias cerimónias, as confrarias desfilavam em conjunto, como acontecia em alguns enterros e em várias procissões<sup>(36)</sup>. Aparecer com eles degradados não abonava em favor da instituição. Impunha-se, portanto, restaurar, consertar, comprar novos. O assunto revestia-se de maior significado quando escasseavam as receitas e aumentavam as despesas, com a subida dos preços dos produtos, crescia a inflação e os assalariados reclamavam melhores pagamentos. O caso dos sacerdotes é flagrante. Reivindicavam aumento do preço pago pelas missas e em caso de não satisfeitos, deixavam de as celebrar. O mesmo acontecia nas missas gerais, as quais foram sucessivamente diminuídas em número, por escassez financeira para contratar sacerdotes.

Porém, e apesar dos argumentos aduzidos, no ano seguinte, o estandarte ainda não tinha sido adquirido, sentindo-se também necessidade de mandar fazer um caixão ou gavetão para o resguardar do pó. De igual forma, as becas estavam sem confeccionar em 1799, assumindo-se o estado degradado em que se encontravam, por se terem tingido várias vezes<sup>(37)</sup>. Ou seja, os bens eram reciclados até se poder comprar novos, esperando-se melhor oportunidade para fazer compras. Estava também presente a ideia de conservação de todo o património. Quando em 1799 se reiterou a vontade de mandar confeccionar o gavetão, justificava-se com a necessidade de guardar todos os ornatos para os funerais.

## Os sufrágios salvíficos

A crença na salvação e o sofrimento em que as Almas do Purgatório se encontravam, levaram todos os fiéis que podiam a investir na celebração de missas, ofícios, na oração de responsos e ladainhas, cerimónias sempre acompanhadas de iluminação e muitas vezes de música. Integrar uma confraria era sempre muito vantajoso em termos de assistência à Alma, devido principalmente ao

(36) Para esta matéria consulte-se Torremocha, Hernández, Margarita, *Solidariedad en el más allá. La Confradía Sacramental y de Ánimas de la Iglesia de la Magdalena de Valladolid*, Valladolid, Simancas; Universidad de Valladolid, 2003, p. 78.

(37) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Livro dos termos da Mesa da irmandade das Almas de São Victor 1794-1823*, fls. 36, 55v., 76v.

volume de sufrágios celebrados ao longo do ano em favor desta. Porém, as das Almas cuidavam das de todos, sem distinção, e não apenas das dos irmãos.

Quem desejasse, solicitava os serviços da confraria para rezar responsos no dia dos fiéis-defuntos, pela intenção das Almas nomeadas. Outros, eram rezados em cumprimento de últimas vontades<sup>(38)</sup>. Como se tratava de uma tarefa paga, a confraria tinha nela uma fonte de rendimentos com algum significado em termos financeiros.

Mas era através das missas que a confraria mais procurava intervir no Purgatório. Os estatutos de 1738 indicavam a celebração de 15 missas por cada irmão falecido, mas tarde estas dobraram de número e na década de sessenta os mesários acrescentaram mais 10, perfazendo 40. O volume não era pequeno, mas existia na cidade quem oferecesse mais, o que levava as congêneres a concorrer para se manterem ativas num “mercado” muito competitivo. Integrar novos irmãos podia significar receber legados e doações, o que interessava sublinhadamente à instituição.

Para além da celebração das missas dedicadas aos irmãos, a confraria investia sobretudo em missas pelas Almas do Purgatório. Mandava celebrar diariamente uma missa por estas Almas, passando a duas a partir de 1760. Existia mais outra, às 11h, celebrada todos os domingos e dias santos. Além destas, havia ainda uma cantada todas as segundas-feiras, sendo entoada pelos clérigos confrades, no final da qual se realizava uma procissão, onde desfiliavam os sacerdotes, cantando os responsos. Estas despesas eram volumosas e só eram possíveis devido à existência de rendimentos para as suportar. Os irmãos da Mesa deviam assistir a estas missas com becas vestidas e acompanhar a procissão com tochas nas mãos. Eram rituais que se perpetuavam e exigiam disponibilidade para participar. Para além das tochas, o procurador transportava a cruz. A instituição mandava ainda dizer na ocasião do Aniversário, comemorado em novembro, após a quadra dos Santos, missas gerais, dois dias em que se celebravam centenas de missas. Os estatutos de 1738 referem que nesse tempo se mandavam dizer 1500 missas anualmente. Aliás, os estatutos determinam frequentemente a aplicação das sobras de dinheiro em mais celebrações pelas Almas.

---

(38) Era nos testamentos que, normalmente, se deixavam escritas estas solicitações. Leia-se Rodrigues, Cláudia, “O uso de testamentos nas pesquisas sobre atitudes diante da morte em sociedades católicas de Antigo Regime”, in Guedes, Roberto; Rodrigues, Cláudia; Wanderley, Marcelo da Rocha, *Últimas vontades. Testamento, sociedade e cultura na América ibérica (séculos XVII e XVIII)*, Rio de Janeiro, Mauad, FAPERJ, 2015, pp. 29-31.



Para poder manter um corpo de sacerdotes com vista a estas celebrações e arcar com todas as despesas inerentes, a instituição procedia a peditórios regulares e com calendário mais ou menos fixo junto dos fiéis da cidade, envolvendo-os, desta forma, nos resgates das Almas que padeciam no fogo do Purgatório.

O investimento na morte era grande em todas as confrarias, o que levou muito rapidamente a que se constituíssem como instituições da morte<sup>(39)</sup>. Esta designação deve-se não somente às práticas fúnebres, mas também e, sobretudo, ao investimento feito na salvação das almas<sup>(40)</sup>.

Apesar do esforço feito em 1760, passados poucos anos, a instituição foi incapaz de manter o ritmo de celebrações, começando a cortar no seu número. Em 1768, os mesários constatando o enorme gasto com a celebração de tantas missas, decidiram reduzir três meses desses sufrágios na segunda missa quotidiana, pois o seu preço tinha ascendido a 120 réis cada, o que significava o pagamento de mais 20 réis do que era habitual. Entretanto, no ano seguinte, debateram a sua agregação à confraria de São Sebastião, sinal evidente da fraqueza e da incapacidade de se manter autónoma desta última, o que se veio a efetivar em 1774. Este procedimento era benéfico para as duas instituições. E no ano seguinte, mesmo já unidos a outra irmandade, acordaram celebrar apenas uma missa quotidiana, por falta de capitais. Os confrades queixavam-se de “esfriarem as devoções dos fieis que concorre (sic) com as suas esmolas”<sup>(41)</sup>, o que não era sinal exclusivo desta instituição, mas a afetava profundamente. Eles próprios recusavam-se a fazer os peditórios e já não entregavam o montante estipulado para os casos que não os desejassem fazer, participando apenas com o que podiam, para continuarem a realizar a festa principal da instituição. Apesar das dificuldades sentidas, a instituição lutava por continuar ativa e manter a sua intervenção num “território” de grande significado, como era o da morte e salvação das Almas. Continuava a mostrar-se “amiga” das que sofriam no Purgatório, trabalhando para o seu resgate.

Há, no entanto, que referir que o mal era mais profundo e não havia quem a quisesse servir. Por falta de quem desejasse ocupar o lugar de procurador, por ser considerado muito trabalhoso, os mesários decidiram colocar editais anunciando a aceitação de candidaturas para o lugar, facto inaudito, uma vez

---

(39) Ariès, Philippe, *O homem perante a morte*, Lisboa, Difel, 1984.

(40) Paiva, José Pedro, Introdução”, in Paiva, José Pedro; Rosa, Maria de Lurdes; Gomes, Saul António (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 2, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas; Centro de Estudos de História Religiosa, 2003.

(41) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Livro dos termos da Mesa da confraria das Almas de São Victor 1752-1776*, fls. 368v.-370v.

que se abria a possibilidade de o cargo ser exercido por uma pessoa exterior à instituição.

De passo em passo, a confraria foi diminuindo as celebrações e, assim, em 1775 resolveu suspender a das 11h enquanto no casco não houvesse cinco mil cruzados, o que não seria fácil de conseguir tendo em consideração o panorama existente e as demandas em que a instituição estava envolvida e que se mantiveram pelo menos até 1800, quando foi eleito um solicitador para se encarregar destes assuntos.

Após a união com os confrades de São Sebastião, foi preciso mandar tingir as opas de verde e avivá-las de vermelho no capelo e um estandarte, assim como adquirir duas “setas de prata para cruz”. Igualmente se contratou um escultor para beneficiar o altar da confraria. Ou seja, a instituição ganhou um novo fôlego, que lhe permitiu proceder a algumas compras e obras de remodelação<sup>(42)</sup>.

A união das confrarias dava algum alento e possibilitava enfrentar com mais facilidade o presente e o futuro, todavia, com o passar do tempo percebe-se que em vários casos não foi senão um paliativo, uma vez que ao alojar outra instituição, recebia todos os seus encargos, assim como algum património, mas a falta de meios para os concretizar rapidamente se tornou evidente.

Este processo de fusão ocorreu em todo o mundo católico e encontra-se parcialmente conhecida para Braga. O fenómeno já estava presente em seiscentos, embora ganhasse maiores dimensões na centúria seguinte, quando as mais pequenas se abeiraram das maiores para se fundirem e não desaparecerem. A fusão era uma estratégia que possibilitava manterem-se ativas, embora num funcionamento e administração condicionados pela maior e mais numerosa, uma vez que nas eleições esses elementos seriam determinantes na escolha dos mesários<sup>(43)</sup>.

## Outras obras de misericórdia praticadas

A cidade de Braga contava, muito provavelmente desde 1513, com uma Misericórdia, instituição dedicada à prática das 14 obras de misericórdia. Para além dela, os arcebispos mantinham uma interessante ação esmoler,

(42) O trabalho do tingimento não ficou bem feito, impondo-se no mês seguinte, março de 1776, adquirir novos capelos. AISV, Fundo da confraria das Almas, *Livro de termos da Mesa da irmandade das Almas de São Vítor 1776-1794*, fls. 28, 31.

(43) Consulte-se Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista...*, pp. 3-5.

bem como o cabido em tempo de Sé Vacante. A ação dos particulares é muito mais difícil de estudar, mas através de alguns testamentos é possível aceder a essas práticas. Porém, a pobreza era muita e principalmente em alguns momentos da vida. Por isso, algumas confrarias dedicaram-se também à ajuda dos irmãos pobres, auxiliando igualmente não membros, sempre que podiam e eram solicitadas.

Para além do acompanhamento dos pobres e da assistência à alma, a confraria em análise participou num peditório que uns “religiosos da Palestina” fizeram na cidade, apresentando uma provisão régia para o efeito, dando-lhes uma esmola de 220 réis, em 1767<sup>(44)</sup>.

Embora em Portugal o resgate de cativos estivesse na mão dos religiosos da Santíssima Trindade<sup>(45)</sup>, havia peditórios feitos por alguns religiosos e até por pessoas particulares, como se encontra já provado através dos estudos realizados sobre as Misericórdias.

As esmolos aos pobres foram muito pouco frequentes, a acreditar na memória escrita da instituição. Os registos apontam, no entanto, uma esmola de 200 réis enviada, em 1793, a um enfermo cego e aleijado e, no ano seguinte, uma outra no montante de 400 réis a um comerciante italiano<sup>(46)</sup>. Estamos, por conseguinte, perante uma ação dirigida a pessoas que não eram seus membros, o que acontecia muito raramente. Também o facto destes dois casos se registarem em finais de setecentos não pode deixar de ser analisado. Desconhece-se, no entanto, a despesa da instituição com obras assistenciais<sup>(47)</sup>. Os moradores de Braga sofreram nesse período muitas febres e doenças, aumentando a pobreza, a qual se agravava com uma elevada inflação, conhecida em todo o território nacional e particularmente vivida no Norte de Portugal.

Uma outra obra de misericórdia praticada consistia no auxílio aos doentes. Os estatutos de 1738 determinavam a existência de dois mordomos para visitarem os enfermos. Estes irmãos atuavam quando tinham conhecimento de

---

(44) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Livro dos termos da Mesa da confraria das Almas de São Victor 1752-1776*, fl. 244.

(45) Leia-se a propósito Alberto, Edite Maria da Conceição Martins, *Um negócio piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2011, tese de Doutoramento policopiada.

(46) AISV, Fundo da confraria das Almas, *Livro dos termos da Mesa da confraria das Almas de São Victor 1776-1794*, fls. 328, 355.

(47) Para a do Santíssimo Sacramento de Santo Estevão de Alfama leia-se Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, “A irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estevão de Alfama e a assistência à pobreza (1806-1820)”, in *Chronica Nova*, 41, 2015, p. 246.

algun confrade doente, indo visitá-lo e aconselhando-o a que se confessasse e sacramentasse. Em caso de necessidade, cabia-lhes chamar o confessor. A assistência espiritual complementar-se-ia com palavras de conforto e de aceitação da situação, como vulgarmente acontecia, preparando em casos concretos uma boa morte.

A política assistencial da confraria era considerada como um mecanismo de ajuda a vivos e mortos. Os irmãos conheciam bem a importância das obras de caridade para a salvação das suas Almas, por isso, praticá-las era um investimento para o futuro, pois acreditam na recompensa no *pos-mortem*. Esta intervenção no plano material e terreno fazia parte da política assistencial da instituição, que atuava em dois patamares complementares: o espiritual e o material com apenas um objetivo. O resgate da Alma constituía a mola propulsora da sua atuação.

Várias confrarias da cidade ofereciam esta forma de assistência aos seus membros, completando-a em alguns casos com esmolas em dinheiro, ajudando na convalescença e no pagamento dos medicamentos<sup>(48)</sup>.

## Notas finais

A análise que efetuamos à confraria das Almas da igreja de São Vítor destaca a sua ação em termos de enterro aos pobres, mas também da salvação das suas almas, bem como da prática de outras obras de misericórdia. Procuramos através deste estudo dar maior relevo à ação desta instituição em termos sociais, sublinhando o seu papel enquanto “amigas” das Almas do Purgatório e benfeitora de pobres. Agindo como se fosse uma Misericórdia no tocante ao enterro dos pobres da paróquia, a instituição dotou-se de património fúnebre para poder fazer os acompanhamentos aos mais carenciados e que não dispunham de meios para pagar o seu funeral.

Faltam-nos ainda muitos estudos para possuímos ideias firmes e claras sobre o desempenho das confrarias no campo assistencial. Porém, os trabalhos que vão surgindo apontam para uma intervenção assinalável em alguns campos, sendo o da morte o mais significativo. Mas a assistência aos seus

---

(48) Atente-se no caso da de São Vicente. Confira-se Almendra, Ariana, “A confraria de São Vicente no século XVIII: funcionamento e práticas assistenciais aos irmãos”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord. *As confrarias de Braga na época barroca*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2016, pp. 35-40.

membros na doença, em situação de encarceramento e a entrega de esmolas a velhos e incapacitados integraram também as políticas sociais de várias delas.

Na das Almas de São Vítor sobressai o investimento no acompanhamento dos enterros e principalmente no dos pobres, cujo articulado se encontra quer nos estatutos, quer nos livros de acórdãos da Mesa, mas igualmente na celebração de muitas missas e ofícios, tornando-se a festa da irmandade ou das Almas no maior momento dessas práticas. Ao elevado número desses sufrágios celebrados em dois dias, juntavam-se os ditos todas as segundas-feiras, os responsos, as ladainhas, etc. O elevado volume de sacerdotes contratados para os momentos de celebração atesta a importância conferida às Almas que padeciam no Purgatório. Mas se a salvação da Alma era tida como fundamental na vida dos homens, também o corpo ganha alguma relevância, principalmente em certas ocasiões, demonstrando como este se vai impondo e a atenção que lhes era conferida por estas instituições, moldando as suas políticas sociais.

Ao desenvolverem esforços salvíficos, mas também apoio material a quem dele necessitava, os irmãos eram considerados “amigos” das Almas, pois desenvolviam um trabalho louvável de cumprir legados e de mandar celebrar missas em seu favor, atuando como intermediários entre vivos e mortos. Esta sua ação não seria esquecida pelas Almas, que pediriam por eles junto do Criador, mostrando-se também elas “amigas” de quem as tinha ajudado. A “amizade” que se gerava entre os vivos e as Almas tinha como objetivo a passagem rápida pelo Purgatório e a sua salvação. Tratava-se, portanto, de um assunto de mútuo interesse, o que potenciava a atuação de ambas as partes.



Este livro resulta de trabalhos produzidos por investigadores de diferentes nacionalidades (brasileira, espanhola e portuguesa), circunstância que faz remeter as temáticas tratadas para realidades distintas, mas que não impede a presença de pontos comuns na sua abordagem, que se descobrem, nomeadamente, na referência à assistência aos mais necessitados, como era o caso dos pobres, dos enfermos e dos expostos.

O rigor da objetividade, a profundidade da investigação e a abrangência dos conteúdos, aqui patentes, são motivos bastantes para que o leitor não se fique pela mera leitura, uma vez que esta pode ser tomada como uma obra de consulta e de estudo para os interessados nas temáticas tratadas.

ISBN 978-989-755-383-7



Cofinanciado por:

